

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Fernando Nagel Buratto

**ESCOLA MELHOR: SOCIEDADE MELHOR - AVALIAÇÃO DA PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre
2019**

Fernando Nagel Buratto

**ESCOLA MELHOR: SOCIEDADE MELHOR - AVALIAÇÃO DA PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ariston Azevedo
Coorientadora: Ms. Cláucia Piccoli Faganello

Porto Alegre
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato
Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala
Coordenador substituto: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Buratto, Fernando Nagel

ESCOLA MELHOR: SOCIEDADE MELHOR - AVALIAÇÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL / Fernando Nagel Buratto. -- 2019.

52 f.

Orientador(a): Ariston Azevedo.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Gestão Pública, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Educação. 2. Políticas Públicas. 3. Parceria Público-Privada. 4. Escola Melhor Sociedade Melhor. I. Azevedo, Ariston, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo autor.

Escola de Administração da UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico
CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS
Telefone: 3308-3801
E-mail: eadadm@ufrgs.br

Fernando Nagel Buratto

**ESCOLA MELHOR: SOCIEDADE MELHOR - AVALIAÇÃO DA PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em 06 de junho de 2019.

Banca Examinadora

Examinador(a): Prof. Ms. Eduardo Muxfeldt Bazanella

Examinador(a): Prof. Dra. Renata Ovenhausen Albernaz

Orientador: Prof. Dr. Ariston Azevedo

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o produto final de dois anos de dedicação ao Curso de Especialização em Gestão Pública. Gostaria de agradecer especialmente às três pessoas que estiveram junto comigo durante esse processo de aprendizado:

Roberta, que através do seu incentivo e apoio foi fundamental nesta caminhada. Seu conhecimento e ensinamentos em uma área de conhecimento até então estranha para mim foram imprescindíveis. Pelas nossas conversas e debates sobre os conteúdos estudados, sua escuta nas minhas ideias e divagações e seus feedbacks pontuais contribuíram em muito para o meu crescimento, o meu agradecimento especial e de coração.

Minhas filhas Helena e Beatriz, que do alto dos seus, respectivamente, nove e sete anos de idade, souberam dividir o tempo, a atenção e o computador, muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho trata da Política Pública do Governo do Estado do Rio Grande Sul “Escola Melhor: Sociedade Melhor”. Este programa tem como objetivo estabelecer Parcerias Público-Privadas para melhoria das escolas da rede Estadual. Através da doação de materiais e serviços, pessoas jurídicas e pessoas físicas podem contribuir com a reforma, manutenção e ampliação da estrutura física, doação de bens móveis, equipamentos de informática e melhorias na rede Wi-fi. Elaborada pelo Executivo e aprovada pelo Legislativo com alterações a partir da pressão do sindicato dos professores estaduais, ela passa a ser implementada nas escolas estaduais. Após três anos deste processo de implementação, identificamos que nem todas as escolas aderiram ao programa. Entre as que aderiram, tivemos um baixo número de parcerias estabelecidas. A elucidação de alguns motivos que possam explicar esses números passa pelo ponto de vista dos Gestores Escolares das unidades de ensino do município de Guaíba. Através da sua experiência neste processo de parcerias, buscamos identificar os problemas encontrados na implementação do Programa e busca por parcerias, assim como sugestões para aprimorar a Política Pública em questão.

Palavras-chave: Educação. Política Pública. Parceria Público-Privada. Escola Melhor: Sociedade Melhor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias de atores	14
Figura 2 – Coordenadorias Regionais de Educação-RS	32
Figura 3 – Escolas, Adesões e Parcerias (por CRE)	32
Figura 4 – Acesso às informações sobre o Programa.....	35
Figura 5 – Disponibilidade de tempo dos Gestores para o Programa	36
Figura 6 – Parcerias das Escolas fora do “Escola Melhor: Sociedade Melhor”	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Responsabilidade dos Grupos envolvidos no Projeto Amigos da Escola 21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
ISE	Informatização da Secretaria de Educação
IAS	Instituto Ayrton Senna
IU	Instituto Unibanco
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do estado
MG	Minas Gerais
MTE	Movimento Todos pela Educação
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Política Pública
PPP	Parceria Público-Privada
RS	Rio Grande do Sul
SEDUC	Secretaria de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema de Pesquisa	11
1.2 Objetivo Geral	12
1.3 Objetivos Específicos	12
1.4 Justificativa.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Políticas Públicas.....	14
2.2 Parceria Público Privada.....	18
2.3 A relação do Público-Privado na Educação	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
4 PROGRAMA ESCOLA MELHOR: SOCIEDADE MELHOR.....	28
4.1 Elaboração e aprovação do Programa.....	28
4.2 Resultado geral da parceria no Estado.....	30
4.3 A experiência dos gestores de Guaíba	33
5 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	44
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	45
ANEXO A – TERMO DE ADESÃO.....	48
ANEXO B - TERMO DE DOAÇÃO	49
ANEXO C - TERMO DE COOPERAÇÃO.....	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema de Pesquisa

O estudo da política de Parceria Público-Privada (PPP), "Escola Melhor, Sociedade Melhor", implementada pelo governo estadual do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2018, é o tema central de pesquisa deste trabalho.

As ideias neoliberais da década de 80 e 90 retornam para enfatizar a ineficiência do Estado em oferecer serviços de qualidade para os cidadãos, sem comprometimento de receitas públicas. Como saída para essa crise do Estado, as propostas de parceria estão cada vez mais presentes em nossa sociedade, inclusive na educação.

No Rio Grande do Sul, o Governo percebe que das cerca de 2,5 mil Escolas Estaduais, quase todas necessitavam de algum tipo de reforma. A partir deste problema, a Secretaria de Educação (SEDUC) elabora o Programa "Escola Melhor: Sociedade Melhor". O objetivo desta Política Pública é possibilitar que as unidades escolares da Rede Pública Estadual consigam as melhorias necessárias através de Parcerias Público-Privadas.

Para um programa que tem como objetivo um grande mutirão para reformar as escolas do Estado (SEDUC), os números apresentam uma outra realidade. Ao analisarmos os dados disponibilizados pela SEDUC, após três anos de implementação da PP, podemos averiguar que apenas 1361 escolas estaduais aderiram ao programa. O número de escolas que conseguiram estabelecer uma parceria também é baixo, apenas 290.

Para buscar indicativos que possam explicar esses números, esta pesquisa parte da visão dos Gestores Escolares nesse processo, tendo como centro as unidades escolares situadas no município de Guaíba-RS. Esses gestores, como responsáveis diretos pela implementação do Programa, podem apontar, através da sua experiência, as dificuldades encontradas para conseguir as melhorias necessárias para poder fornecer um melhor serviço às suas Comunidade Escolares.

Da realidade local das escolas e da experiência dos Diretores, surgem também algumas propostas para aprimorar esta Política Pública.

Para atingirmos este objetivo de análise, primeiramente vamos apresentar o Ciclo desta Política Pública, da sua elaboração até a fase de implementação proposta pelo Governo. Explicaremos então o processo de adesão das escolas para, então, compreendermos os dados disponibilizados no site do Programa. Por fim, trataremos de identificar e analisar, a partir das entrevistas e questionários respondidos pelos Gestores das escolas estaduais de Guaíba-RS, os elementos para a compreensão da realidade da Política Pública e as proposições para a sua melhor efetivação e sucesso. Nossa pergunta de pesquisa foi, portanto: Como os gestores escolares do município de Guaíba-RS avaliam o Programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor”?

1.2 Objetivo Geral

Analisar a implementação e efetividade do programa "Escola Melhor, Sociedade Melhor", a partir da experiência dos Gestores Escolares das unidades de ensino do município de Guaíba-RS.

1.3 Objetivos Específicos

- Caracterizar o Programa "Escola Melhor, Sociedade Melhor" dentro do Ciclo de Políticas Públicas;
- Apresentar um panorama geral da implementação do Programa e das parcerias efetivadas na Rede Estadual de Ensino;
- Analisar os aspectos apresentados pelos gestores das escolas estaduais situadas na cidade de Guaíba-RS.

1.4 Justificativa

O presente trabalho possui inicialmente uma justificativa pessoal: como professor da Rede Pública Estadual, presenciamos diariamente problemas como falta de estrutura física e de material. A escassez de investimentos na educação, considerado um setor chave para o desenvolvimento econômico e social, por parte do Governo, e a possibilidade de sanar esses déficits através desta PPP nos levam ao interesse de pesquisar a implementação e efetividade da política pública criada pelo Governo.

Como aluno do curso de Especialização em Gestão Pública, ao pesquisar sobre esta PPP para uma atividade da disciplina de Políticas Públicas, e realizar um levantamento preliminar sobre sua efetividade no município de Guaíba, surgiu o interesse de uma análise mais profunda. Entre as 18 escolas inscritas no programa, foi encontrado apenas uma parceria, o que nos remete ao questionamento acerca das dificuldades encontradas pelos Gestores Escolares.

No papel de cidadão, percebemos no atual cenário político, econômico e social, a presença constante do discurso neoliberal a favor de uma menor participação do Estado no provimento de bens e serviços, e um aumento do número de parcerias e investimento privado. A influência dos interesses privados na educação pública e o esvaziamento do papel do Estado neste importante setor precisam ser evidenciados.

Por se tratar de uma Política Pública recente, é importante um levantamento destes dados e questionamento destas ações por parte do meio acadêmico, sem ficarmos restritos apenas às informações oficiais do Governo.

Traçar um caminho que possa levar as Comunidades Escolares em busca de parcerias para a melhoria das suas unidades escolares torna-se um elemento importante desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

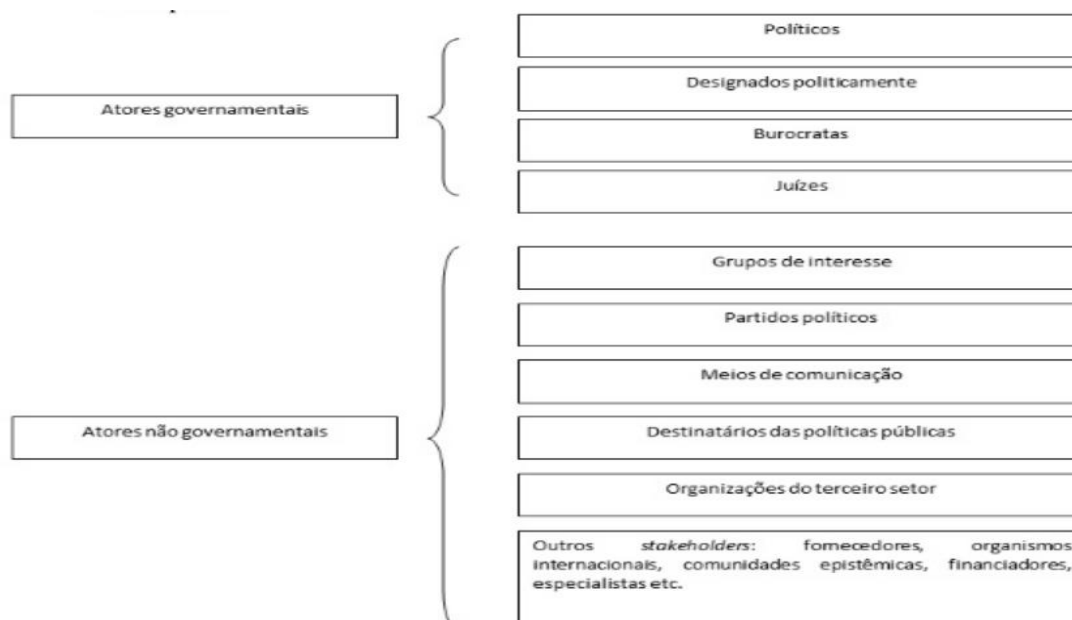
Este capítulo tem como objetivo apresentar estudos que servem como um embasamento teórico para os assuntos relacionados à esta pesquisa. Primeiramente, caracterizaremos o Ciclo das Políticas Públicas através da definição e descrição dos atores envolvidos no processo, bem como suas etapas. Destacaremos como elas surgem no contexto mundial e nacional, e das mudanças no papel do cidadão, visto agora como um cliente e consumidor. Por fim, alguns casos de PPP já realizadas e estudadas no país para compreendermos as semelhanças e diferenças em relação à que é objeto de análise deste trabalho.

2.1 Políticas Públicas

Políticas públicas são definidas por Secchi como "uma diretriz para enfrentar um problema público" (2015, p.02). Elas são estabelecidas por atores envolvidos em todo o processo, e que são caracterizados como indivíduos ou grupos que desempenham um papel no ciclo de políticas públicas.

A seguir podemos ver uma forma de categorizar esses atores políticos:

Figura 1 – Categorias de atores



Fonte: Secchi (2014, p. 101)

A partir da figura acima, podemos identificar dois grupos principais: os atores governamentais e os não governamentais. O autor destaca que mesmo que alguns atores estejam dentro da mesma categoria, nem todos possuem interesses em comum, já que podem variar de acordo com o contexto político e com a fase de elaboração da política pública (SECCHI, 2015). A seguir apresentaremos a definição e descrição dos atores envolvidos na política pública estudada.

Os Políticos representam o primeiro grupo, pois é através dos seus cargos no Legislativo e Executivo que conseguem propor, aprovar e executar as políticas públicas. Agem de acordo com seus próprios interesses, de seus partidos, de grupos de interesse, de territórios e da coletividade. Suas decisões em relação às políticas públicas podem prejudicá-los ou trazer benefícios eleitorais (SECCHI, 2015).

Os Designados Politicamente são as pessoas indicadas por um político eleito para exercer funções de chefia, direção e assessoramento no serviço público. Podem ser enquadrados de duas formas: Funções de Confiança, servidores públicos escolhidos a partir de critérios técnicos e de confiança; e Cargos Comissionados, que podem ser ocupadas por servidores ou pessoas externas à administração pública de aliados e apoiadores políticos (SECCHI, 2015).

Os Burocratas são apresentados pelo autor como o corpo de funcionários públicos. Atuam em todas as etapas do processo, mas é na implementação da política pública que exercem o seu papel de destaque como veremos a seguir. Na avaliação são responsáveis por fornecer os dados e informações necessárias nesta etapa (SECCHI, 2015).

O último grupo a ser destacado aqui é o dos Grupos de Interesse, também chamados de grupos de pressão, formados por indivíduos com interesses em comum, como sindicatos, associações comerciais, movimentos sociais, etc. Utilizando recursos financeiros, cognitivos e organizacionais, esses agentes realizam "campanhas publicitárias, *lobby*, financiamento de campanhas eleitorais, marchas ou paradas, greves e também corrupção ativa" (SECCHI, 2015, p. 110). Suas ações influenciam todas as etapas do processo de elaboração de uma política pública que será agora explicado.

Como podemos observar na descrição dos atores, as políticas públicas possuem um "esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma

política pública em fases sequenciais interdependentes" (SECCHI, 2015, p. 43), que é chamado de Ciclo de Políticas Públicas.

O autor apresenta e explica o ciclo de políticas públicas, que corresponde às sete etapas pelas quais uma política pública passa no seu processo de elaboração: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção (SECCHI, 2015).

Em um primeiro momento, temos a identificação de um problema público por parte do governo, da sociedade civil e da mídia, ou seja, uma situação inadequada, que seja relevante para a sociedade e que precisa ser resolvida. Quando este problema é percebido, passa então a fazer parte da agenda de governo (SECCHI, 2015).

O passo seguinte é o de formular alternativas para a resolução do problema em questão, através de métodos, programas, estratégias e ações para atingir os objetivos estipulados. Os responsáveis pela elaboração da política pública devem levar em consideração os recursos (financeiro, material, técnico e humano), assim como os mecanismos (premiação, coerção, conscientização e solução técnica) à sua disposição. Definir as alternativas para enfrentar o problema e explicitá-las passa a ser a etapa da tomada de decisão (SECCHI, 2015).

A fase seguinte é a da implementação da política pública, onde a administração pública coloca em execução a política pública. Sobre esta fase, o autor escreve que:

Os atores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de entender os elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais, além de agir diretamente em negociações, construção de coordenação entre executores e cooperação por parte dos destinatários. (SECCHI, 2015, p. 57).

Secchi (2015) também apresenta os dois modelos implementação de políticas públicas de Sabatier (1986): o modelo *top-down*, onde os políticos são responsáveis pela tomada de decisão e deixam a cargo dos burocratas a tarefa de implementação, e o modelo *bottom-top*, onde os burocratas tem maior liberdade para se auto-organizar, implementar e remodelar a política pública.

Rourke (1969, *apud* Denhardt 2012, p.168) destaca que o trabalho dos gestores nesta etapa é importante, já que o nível de sustentação externa, de *expertise* e as características internas (principalmente a vitalidade e eficácia de liderança) dos órgãos públicos influenciam diretamente o resultado das políticas públicas. Cabe a eles atuar com responsividade para que a política pública corresponda às necessidades do público.

A avaliação de uma política pública pode ser realizada em três momentos diferentes: *ex ante* (anterior à implementação, na fase de formular alternativas), *in itinere* (na etapa de implementação para ajustes imediatos), e a *ex post* (realizada após a implementação). Ela "é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou" (SECCHI, 2015, p. 63).

Dentro da avaliação, é importante que se estabeleçam critérios para o julgamento do funcionamento da política pública, indicadores que formarão a base de informações para os critérios estabelecidos e parâmetros de referência para a comparação dos dados obtidos (SECCHI, 2015). A partir dos resultados desta avaliação podemos ter:

a) continuação da política pública na forma que está, nos casos em que as adversidades de implementação são pequenas; b) reestruturação marginal de aspectos práticos da política pública, nos casos em que as adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política pública; c) extinção da política pública nos casos em que o problema público foi resolvido, ou quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema (SECCHI, 2015, p. 65).

Secchi (2015) alerta para a dificuldade em se realizar avaliações completas e significativas. Um dos elementos que dificulta a avaliação é a falta de objetivos claros na política pública, ou quando estes são apenas simbólicos. Outro problema que dificulta a avaliação são fatores que estão além da política pública e que podem ser responsáveis indiretamente pelo sucesso da mesma. A resistência de funcionários que são avaliados, a falta de clareza na apresentação da avaliação e o tempo de maturação da política pública, também podem ser considerados como entraves no processo de avaliação.

Além dos fatores apresentados no resultado da avaliação, uma política pública pode ser extinta quando tem uma vigência determinada. Com exceção destes casos, é muito difícil que aconteça a extinção de uma política pública por conta da "relutância dos beneficiados, da inércia institucional, do conservadorismo, dos obstáculos legais e dos altos custos de iniciação" (DE LEON, 1978 *apud* SECCHI, 2015).

Os autores destacam, no ciclo de políticas públicas, o papel do analista de políticas públicas. Dye (1976, p. 01, *apud* Denhardt, 2012) define que a Análise Política é "descobrir o que os governos fazem, por que o fazem e que diferença faz sua ação"(p. 167).

Denhardt afirma que o movimento da análise de políticas públicas tem uma mensagem clara:

a chave para um governo eficaz é a especificação dos meios mais racionais para se lograr os objetivos dos órgãos públicos; os métodos da ciência social positiva são os mais capazes de especificar esses meios; e os indivíduos treinados para o uso desses métodos (analistas políticos, não administradores), serão os mais competentes para orientar o futuro (2012, p. 190)

Para que esse trabalho seja bem realizado, espera-se que o analista de políticas públicas atue com imparcialidade, racionalidade e praticidade.

2.2 Parceria Público Privada

Como vimos, é através das políticas públicas que os governos buscam resolver problemas que afligem a sociedade. Um dos principais modelos de política pública, que se apresenta como tendência atualmente, é a Governança Pública, que se efetiva através de parcerias público-privadas (SECCHI, 2015).

A maior participação de entidades privadas em serviços que até então pertenciam à esfera pública começa a acontecer a partir da década de 1970, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e crescimentos das ideias Neoliberais, adotadas principalmente na Inglaterra de Margaret Thatcher. O Estado passa a ser

visto como o responsável pela crise pela sua ineficácia e por gastar muito (DENHARDT, 2012).

A Nova Gestão Pública, também chamada no Brasil de Administração Pública Gerencial, estabelece os padrões na busca de um Estado eficiente e responsável. As alternativas para sair da crise passavam por privatizações e terceirização de serviços que eram oferecidos pelo governo. Os administradores públicos passam a "reestruturar seus órgãos burocráticos, a redefinir suas missões organizacionais, a organizar fluxos integrados de processos organizacionais, e a descentralizar a tomada de decisão" (DENHARDT, 2012, p. 198).

No Brasil, essa nova visão sobre o papel do Estado surge com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que estabeleceu os parâmetros para a Reforma Gerencial de 1995. Elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que tinha como Ministro Luis Carlos Bresser-Pereira, o documento estabelecia que "o Estado deixava de ser o principal responsável pela promoção dos direitos sociais e, conseqüentemente, estimulava as parcerias entre o público e o privado na promoção das políticas sociais, restringindo, com isso, a atuação estatal" (PIRES, 2015, p. 195).

O documento identifica a divisão do aparelho de estado em quatro setores. O primeiro setor é o núcleo estratégico do governo, representado pelos três poderes, Ministério Público, ministros e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação de políticas públicas. O segundo setor é o das atividades exclusivas do Estado, ou seja, a área responsável por serviços prestados somente pelo governo como cobrança e fiscalização de impostos, polícia, Previdência Social, serviço de trânsito. O terceiro setor corresponde ao setor onde o estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais. O quarto setor são serviços correspondentes ao mercado onde atuam as empresas voltadas para o lucro e que ainda permanecem no aparelho do Estado principalmente no setor de infraestrutura (MARE, 1995).

O Plano Diretor, previa ainda uma mudança que estava apenas começando no setor público: a terceirização das atividades de apoio para o setor privado, desde serviços simples como segurança e limpeza, até complexos como consultoria e serviços de computação. Enquanto se terceirizavam para o setor privado essas atividades, a proposta talvez mais inovadora do *Plano Diretor* era transferir as atividades sociais e científicas que a sociedade acredita devam ser total ou parcialmente financiadas pelo

Tesouro para setor público não-estatal, transformando-as em organizações sociais (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 07).

A regulação das atividades no setor público não-estatal passa pela criação e aprovação de três leis. A Lei Nº 9608/98, que regulamenta o trabalho voluntário de pessoas físicas que não seriam remunerados e também não gerariam nenhum vínculo empregatício, muito menos obrigações trabalhistas previdenciárias ou afins conforme seu artigo primeiro e parágrafo único. Para regular as relações com as Organizações Sociais (OS), foi criada a Lei nº 9.637/98, que no seu Art 1º, qualificava-as como "pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde". E em 1999, o governo estabelece na Lei 9.790 as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

habilitando-as a receber recursos públicos com a finalidade de promover: assistência social; cultura; defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; educação e saúde gratuitas; segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação, conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; e também estudos e pesquisas, entre uma série de outras atividades de interesse público (COELHO, 2009, p. 71).

Através destas mudanças, o PDRAE altera a visão do governo em relação à população. Os novos princípios da administração pública, que primam pela qualidade e eficiência entendem o cidadão como um cliente dos serviços oferecidos pelo Estado.

Neste ponto, é importante a definição que Mintzberg (1998) faz das relações que os cidadãos tem com seus governos, como súditos, cidadãos, clientes e consumidores. O autor sugere que o rótulo de consumidor é muito restritivo, pois os cidadãos esperam muito mais dos seus governos do que uma simples relação comercial, "o mais importante é que eu sou um cidadão, com direitos que vão muito além aos do consumidor ou mesmo aos do cliente" (1998, p. 151).

2.3 A relação do Público-Privado na Educação

Destacaremos neste ponto algumas parcerias estabelecidas entre entes públicos e privados na área da educação que podem servir como referência no decorrer deste trabalho: o programa de voluntariado "Amigos da Escola", a atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS), o programa "Jovem de Futuro", do Instituto Unibanco, e o projeto de parceria público-privada da Prefeitura de Belo Horizonte (MG), com a empresa Inova BH.

O Projeto Amigos da Escola foi criado em 1999 no Brasil a partir da Lei do Voluntariado e das comemorações dos 500 anos do descobrimento. Trata-se de uma iniciativa da Rede Globo em parceria com a Petrobras, o Instituto Faça Parte, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), além de instituições e empresas comprometidas com a educação de qualidade para todos.

Na tabela 1 podemos visualizar o papel cada um destes grupos e empresas no projeto:

Tabela 1 - Responsabilidade dos Grupos envolvidos no Projeto Amigos da Escola

Rede Globo	Produzir conteúdo e fornecer subsídios para estimular atividades, incentivar o voluntariado (por meio da divulgação de campanhas e ações do projeto), promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências, deixar claro o papel da responsabilidade do Estado na educação pública, buscar parcerias nacionais para aumentar a eficácia do projeto, e dar visibilidade aos seus parceiros.
Petrobras	Além de ser a patrocinadora, a Petrobras coloca à disposição do projeto todo o seu <i>know how</i> no desenvolvimento de projetos sociais (é a maior apoiadora de projetos do país) e agrega suas estruturas e redes regionais para a implementação de ações.
Instituto Faça Parte	Facilitador e articulador institucional entre os diferentes parceiros do projeto e assegura a base conceitual e metodológica, além de orientar as capacitações desenvolvidas.
CONSED	Representando os responsáveis pela educação pública no âmbito estadual, cabe ao CONSED, por intermédio das secretarias de Educação, a coordenação, apoio e orientação às redes escolares.
UNDIME	Representando os responsáveis pela educação pública no âmbito municipal, cabe à UNDIME, por intermédio das secretarias municipais de Educação, a coordenação, apoio e orientação às escolas públicas municipais.

Fonte: elaborado pelo Autor a partir do Guia de Ação do Projeto Amigos da Escola

Podemos perceber através da tabela a Rede Globo como o grupo responsável pela visibilidade do projeto, assim como o Instituto Faça Parte como articulador entre os envolvidos e responsável pela base conceitual e metodológica. Na ponta deste processo estarão as escolas e os voluntários cadastrados no projeto.

O Guia de Ação do Projeto defende que "somente com a mobilização de todos os setores da sociedade será possível assegurar um ensino público e gratuito, de qualidade e acessível para todos" (REDE GLOBO, ca. 2000: p. 15). Através do estreitamento dos laços entre comunidade e escola a partir do trabalho voluntariado, este objetivo pode ser alcançado: "O voluntariado não substitui o Estado nem se choca com o trabalho remunerado, porém mostra a capacidade da sociedade de assumir responsabilidades e de agir por si mesma" (REDE GLOBO, ca. 2000: p.28).

A escola pode ser atendida pelo projeto nas questões de infraestrutura, gestão administrativa e pedagógica. As atividades sugeridas são de estímulo à leitura, reforço escolar, saúde e qualidade de vida, artes e esportes, inclusão digital, instalações e equipamentos e gestão escolar.

O Instituto Ayrton Senna (IAS) atua com projetos voltados à melhoria da gestão escolar e do ensino através de diversos projetos. No Relatório Anual de 2017, o IAS destaca os resultados do projeto Gestão de Política de Alfabetização, que promove a alfabetização na idade certa e a formação de gestores escolares e coordenadores pedagógicos; os programas Se Liga e Acelera Brasil, que trabalham na formação de professores de alfabetização; a Rede de Gestores, que envolve 14 secretarias municipais e uma Estadual na construção de práticas de gestão educacional; a parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, com uma proposta de Educação Integral que envolve 15 escolas; o programa SuperAção Jovem, com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo que desenvolve competências socioemocionais dos estudantes de anos finais do Ensino Fundamental e do Médio; e a atuação junto à Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo na revisão do currículo do Ensino Fundamental de acordo com a base Nacional comum curricular (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2018?).

Sobre as parcerias realizadas pelo IAS, Peroni e Comerlato (2017) destacam os diversos trabalhos iniciados pela a pesquisa nacional "Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para

a oferta educacional” (ADRIÃO; PERONI, 2010), que teve seguimento em outras teses e dissertações sobre o tema. As autoras tratam da influência do Mercado, através do IAS, na formação de Políticas Públicas e do Currículo escolar que buscam a eficiência gerencial e não a formação de cidadãos.

Comerlato (2018) salienta, no Programa Gestão nota 10, o conselho consultivo formado por empresários e não por educadores. O principal foco é na gestão e no gerenciamento de processos de aprendizagem e de ensino. No funcionamento do Programa ela explica

a Gestão do IAS pensa, elabora e decide o que é importante para o "sucesso escolar"; posteriormente repassa para a gestão da rede, que tem a tarefa de administrar as estratégias de controle e padronização da execução dos programas e encaminha para escola, que tem, por sua vez, o papel de pensar a melhor forma de otimizar o tempo e se organizar para atingir as metas e ações definidas pelo IAS, através de um processo de amestramento, contraditório com a gestão democrática da educação (COMERLATO, 2018, p. 166).

De modo semelhante ao IAS, temos os projetos e programas do Instituto Unibanco. O Programa Jovem de Futuro, lançado em 2007, é o principal projeto da instituição, que tem suas ações voltadas para o ensino médio. Em parceria com secretarias estaduais em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí e Espírito Santo, oferece instrumentos de gestão para as redes, escolas e salas de aula em busca de "uma gestão de qualidade, eficiente, participativa e orientada para resultados, com equidade, pode proporcionar impacto significativo no aprendizado dos estudantes" (INSTITUTO UNIBANCO, 20??).

O IAS e o Instituto Unibanco Peroni participam do Movimento Todos pela Educação (MTE), que atua decisivamente nas políticas públicas ligadas à educação. “Assim, atuam desde a direção da política através do MTE, até a sala de aula, via parcerias, onde exercem o monitoramento, e premiação, e sanções introduzindo valores competitivos e meritocráticos para o sistema” (PERONI, 2018, p. 101).

A importância do MTE é melhor explicada por Bernardi, Uczak e Rossi (2018), que destacam a participação do movimento nas decisões do governo em relação às ações ligadas às políticas públicas voltadas para a educação. Os autores

apresentam uma relação entre as metas do MTE com algumas políticas governamentais já colocadas em prática: o pacto Nacional pela alfabetização na idade certa correspondentes a meta 2 do MTE que prevê toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade, e o pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio com a meta 4 - todo jovem de 19 anos com ensino médio concluído. No Plano Nacional de Educação (PNE), a influência do MTE também é apontada com a atuação do Observatório do PNE, composto por diversas instituições ligadas ao movimento empresarial. Por fim, a ligação do movimento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através do Movimento pela Base Nacional Comum, um grupo não governamental de profissionais da educação que atuavam no processo de construção da BNCC, e que possuía 53% dos seus membros ligados ao MTE.

A influência dos dois institutos citados acima com a educação acontece nas áreas de gestão administrativa e pedagógica nas escolas e nas redes públicas de educação que firmam parcerias público-privadas.

O último exemplo que será aqui apresentado possui características distintas, já que está voltada para questões de infraestrutura da rede escolar: a parceria firmada entre a Prefeitura de Belo Horizonte (MG), através da PBH Ativos SA, com a empresa Inova BH, pertencente ao Grupo Odebrecht, através de um contrato de concessão administrativa para a construção (até fevereiro de 2016) e administração de 51 unidades escolares em um prazo de 20 anos. Na parte administrativa a empresa fica responsável por serviços de "manutenção das instalações elétricas e hidráulicas, segurança, limpeza, sustentabilidade ambiental e compra de mobiliário" (INOVA BH).

A PBH Ativos SA é uma empresa estatal que oferece suporte técnico especializado ao Poder Executivo Municipal na execução das políticas públicas, por meio da estruturação de operações de captação de recursos e modelagens de concessões e PPPs, viabilizando projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população.

A Inova BH destaca que não se trata de privatização da educação, já que as atividades pedagógicas continuarão a cargo da Prefeitura e da Secretaria Municipal de educação. A parceria possibilitaria que a direção escolar pudesse ter uma dedicação maior às questões pedagógicas, os professores e alunos utilizariam uma

estrutura mais adequada e a prefeitura seria desonerada, podendo investir em outros setores (INOVA BH).

Por se tratar de uma parceria recente, ainda não temos estudos detalhados sobre ela. Garrido (201?) propõe pesquisar sobre os impactos do financiamento e da gestão da parceria na Secretaria Municipal de Educação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, esta pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos acadêmicos para elucidação de conceitos e estudos anteriores dos temas abordados; na pesquisa de notícias que tratassem do processo de elaboração, tramitação e aprovação da legislação referente à esta PPP. Da consulta de todas as etapas legais do processo: Projeto de Lei, Lei, Decreto e Parecer Final no Diário Oficial.

Os dados quantitativos foram obtidos através do *site* do próprio Programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor”, disponibilizados pela Secretaria de Educação (SEDUC).

A coleta de dados qualitativos foi realizada a partir de dois instrumentos de pesquisa: a entrevista e o questionário. Todo processo de elaboração, coleta de dados e análise seguiu as orientações Gil (2008).

A entrevista foi organizada em pautas, para que tivéssemos informações sobre três etapas: a primeira fase onde as escolas tomaram conhecimento sobre o Programa e foram instruídos para encaminhar os documentos referentes à adesão, a etapa de implementação na busca por parcerias, e, por fim, questões avaliativas que destacassem aspectos positivos e negativos e que trouxessem propostas para aperfeiçoamento de todo o processo. O Roteiro de Entrevista encontra-se disponível no “Apêndice A”.

Decidimos por aplicar primeiramente a entrevista, para que a partir das respostas obtidas conseguíssemos elaborar questões mais pertinentes no questionário. Elencamos quatro escolas (de um total de 20), sendo duas que não haviam encaminhado o Termo de Adesão e duas que o tivessem feito. Definimos também que deste último grupo, uma das escolas seria a que havia firmado parceria na cidade.

Ligamos para as escolas ou diretamente para as diretoras para identificação da pesquisa e de seus objetivos, assim como averiguar a possibilidade da entrevista em si. Das quatro Diretoras contatadas, conseguimos agendar e realizar três entrevistas.

Antes de começarmos a entrevista, foi explicado que estas seriam gravadas, assim como o seu caráter científico e sigiloso em relação às informações prestadas.

O questionário foi formulado na ferramenta “Google Forms” (Apêndice B), por facilitar acesso para quem irá responder e já fornece dados tabulados e organizados em gráficos para o pesquisador. A elaboração seguiu a mesma estrutura da entrevista: perguntas sobre como teve conhecimento do Programa e como se deu adesão da escola, a busca por parcerias, e por fim, questões críticas e propositivas ao Programa. Com oito questões fechadas e duas abertas, o questionário poderia ser respondido em até dez minutos, sem dispendir muito tempo do respondente.

Após a elaboração do questionário, buscamos os dados das equipes diretivas nos Termos de Adesão disponíveis no site do Programa e entramos em contato com as escolas para apresentação e envio do formulário. Todas escolas foram solícitas no atendimento e informação do e-mail ou telefone para envio do link. Das dezesseis equipes diretivas contatadas, recebemos nove respostas ao questionário.

4 PROGRAMA ESCOLA MELHOR: SOCIEDADE MELHOR

4.1 Elaboração e aprovação do Programa

Como qualquer Política Pública, o Programa surge a partir de um problema público que precisa ser resolvido. Por perceber que das cerca de 2,5 mil Escolas Estaduais, quase todas necessitavam de algum tipo de reforma, e alegando não ter recursos para elas, surge o Projeto de Lei 103/2015 (G1, 2015). Elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Educação e encaminhado pelo Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, ele possibilita parcerias entre Pessoas Físicas e Jurídicas com as Escolas da Rede Estadual para reforma, manutenção e ampliação da estrutura física, doação de bens móveis, equipamentos de informática e melhorias na rede Wi-fi.

Na sua justificativa, o Governo estabelece que o objetivo é a melhoria do ensino da rede pública estadual através do incentivo às parcerias e do estímulo à cooperação e solidariedade. Ao mesmo tempo, ressalta que não se trata de substituir as obrigações do Estado, e sim de uma soma de esforços.

Fica estabelecido que o Programa não trará isenção fiscal aos participantes. As Pessoas Físicas e Jurídicas que aderirem a ele, receberão um certificado do Governo do Estado sobre os serviços prestados. As Pessoas Jurídicas poderão divulgar a sua participação no Programa para “fins promocionais publicitários”, através de um Outdoor no pátio, ou pintura no muro da Escola.

No momento em que o Projeto é apresentado à Assembleia Legislativa, passa a sofrer críticas de políticos da oposição e, principalmente, do sindicato dos educadores - o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), (G1, 2015). O principal argumento utilizado pelo sindicato é de que o PL seria a abertura para privatização das escolas públicas no RS. A possibilidade de colocar propagandas nas escolas e de empresas participarem da formação dos professores cedendo palestrantes, abriria espaço para a influência do Mercado na Escola Pública. No processo de análise do PL e no encaminhamento de resoluções e pareceres para apreciação e votação, os Deputados Estaduais estabeleceram um diálogo com o Sindicato.

A partir destes debates, o PL sofreu algumas mudanças para o seu texto final. A supressão do inciso IV do Art. 2º, que determinava “promoção de palestras de cunho didático pedagógico sobre temas de interesse dos alunos e professores”, é apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça através da Emenda nº 1 do PL 103/15 com a seguinte Justificativa:

Em relação aos aspectos legais e constitucionais, salvaguarda-se o papel do Estado como ente regulador entre o público e o privado e, no presente caso, e precisamente sobre o disposto no inciso IV do Art. 2º do Projeto em comento, percebe-se um caráter autorizativo para que entidades de natureza privada possam ter inserção direta em áreas didáticas e pedagógicas que, no entendimento deste relator, devem ser adstritas ao gestor público, corpo docente e servidores. A gestão programática das escolas públicas deve submeter-se ao interesse público mediante políticas de Estado com horizontes de longo prazo, o que não se coaduna com os prazos e resultados buscados por entidades privadas.

Outra mudança que pode ser entendida como um resultado da pressão do Sindicato foi a inclusão da determinação que as Pessoas Físicas e Jurídicas participantes do programa não terão qualquer direito sobre a escola e seu funcionamento no Art. 5º do Decreto nº 52.605, de 15 de outubro de 2015.

Após a aprovação da Lei nº 14.734/15 e da assinatura do Decreto nº 52.605, o Programa passa para a etapa de implementação, conforme veremos no capítulo seguinte.

A partir destas informações, podemos perceber o papel dos atores no Ciclo da Política Pública desde a definição do problema pelo Políticos, a elaboração do PL pelos Designados Políticos e o debate gerado pelos Grupos de Interesses para alterações no Programa.

O Programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor” pode ser caracterizado como uma Política Pública *top-down*, pois é pensado e elaborado pelo executivo, através da Secretaria de Educação, cabendo aos Burocratas, na figura da Direção escolar e Professores, a sua implementação. O único debate que podemos perceber da sociedade civil ocorreu na apresentação do PL, quando o CPERS questiona sobre a influência do setor privado. Em momento algum percebemos o interesse do governo em chamar a categoria para participar do processo de formulação de alternativas da política pública em questão.

É importante salientar também algumas semelhanças e diferenças entre esta PPP e as que foram apresentadas no referencial teórico e que, portanto, lhe conferem um caráter distinto.

Em relação ao “Amigos da escola”, existe a ideia, nos dois casos, de promover uma mobilização da sociedade civil para realizar as melhorias necessárias, assim como o fato de que o Estado não terá nenhum ônus com as parcerias estabelecidas. Porém, elas se diferem, pois o “Escola Melhor: Sociedade Melhor” tem como foco a reforma, manutenção e construção de estruturas físicas nas escolas participantes.

Comparando com os programas do IAS e do IU apresentados anteriormente, a Rede Estadual procura manter a autonomia pedagógica das escolas devido a pressão realizada pelo sindicato, que resultou em alterações no texto final do decreto.

Por fim, o Programa se assemelha à parceria da Inova BH em relação às melhorias de infraestrutura das unidades escolares. Mas somente nesse ponto, pois a administração física das escolas ainda compete ao Estado.

4.2 Resultado geral da parceria no Estado

A partir do Decreto chegamos na fase de implementação do Programa no Estado, cujas normas e procedimentos são definidos pela Portaria nº 316/2015, publicada no Diário Oficial em 11 de dezembro de 2015. O primeiro passo é uma campanha de adesão junto às escolas, que pode ser confirmado a partir das informações disponibilizadas pelos gestores nas entrevistas e questionários. Além de informativos, as Coordenarias Regionais de Educação (CRE) realizam reuniões para apresentação e orientação do Programa aos gestores.

A adesão das escolas aconteceu através do Termo de Adesão (Anexo A), preenchido e enviado pelo sistema de Informatização da Secretaria de Educação (ISE), após apresentar a ideia à comunidade escolar através do Conselho Escolar.

Além do termo, as escolas devem encaminhar também um Plano de Necessidades, onde são apresentadas as melhorias que a escola necessita.

Em relação à participação de pessoas físicas e jurídicas, a busca por parcerias compete à direção escolar, ao assessor de cada CRE responsável pelo Programa e à Coordenadora Estadual. As empresas e pessoas físicas também podem procurar diretamente a escola que desejam ajudar. Uma parceria é firmada com os Termos de Cooperação (Anexo C) e Doação (Anexo B).

A SEDUC possui um site com as informações sobre o “Escola Melhor: Sociedade Melhor”. Nele consta a explicação da política pública, de que forma as escolas, pessoas jurídicas e físicas podem participar, o tipo de doação que pode ser feito e os benefícios (placas, certificados e publicidade) que os participantes terão direito. O site também disponibiliza links para acessar a Legislação que regulamenta o Programa, o contato da Coordenadora Estadual e uma listagem com todas as informações das escolas que aderiram.

Ao pesquisarmos as informações disponibilizadas no site do Programa, atualmente encontramos um total de 1365 escolas inscritas. Considerando que a Rede Estadual, conforme a ferramenta “busca de escolas”, disponibilizada pela própria SEDUC em seu site, possui 2521 unidades de ensino, podemos perceber que 1156 escolas, aproximadamente 46% do total, ainda não estão devidamente cadastradas.

No site do programa também é possível encontrar quais escolas enviaram o Termo de Adesão (A), Plano de Necessidades (N), Termo de Cooperação e Doação (CD) e Fotos (F). Com base nesses dados, verificamos que do total de inscritos, 290 unidades escolares, aproximadamente 22% do total, firmaram parceria através do Termo de Cooperação e Doação.

Para uma análise mais minuciosa destes números, separamos de acordo com cada CRE. Atualmente, a Rede Estadual de Ensino é dividida em 30 Coordenadorias Regionais de Ensino, que podem ser melhor identificadas geograficamente no mapa abaixo:

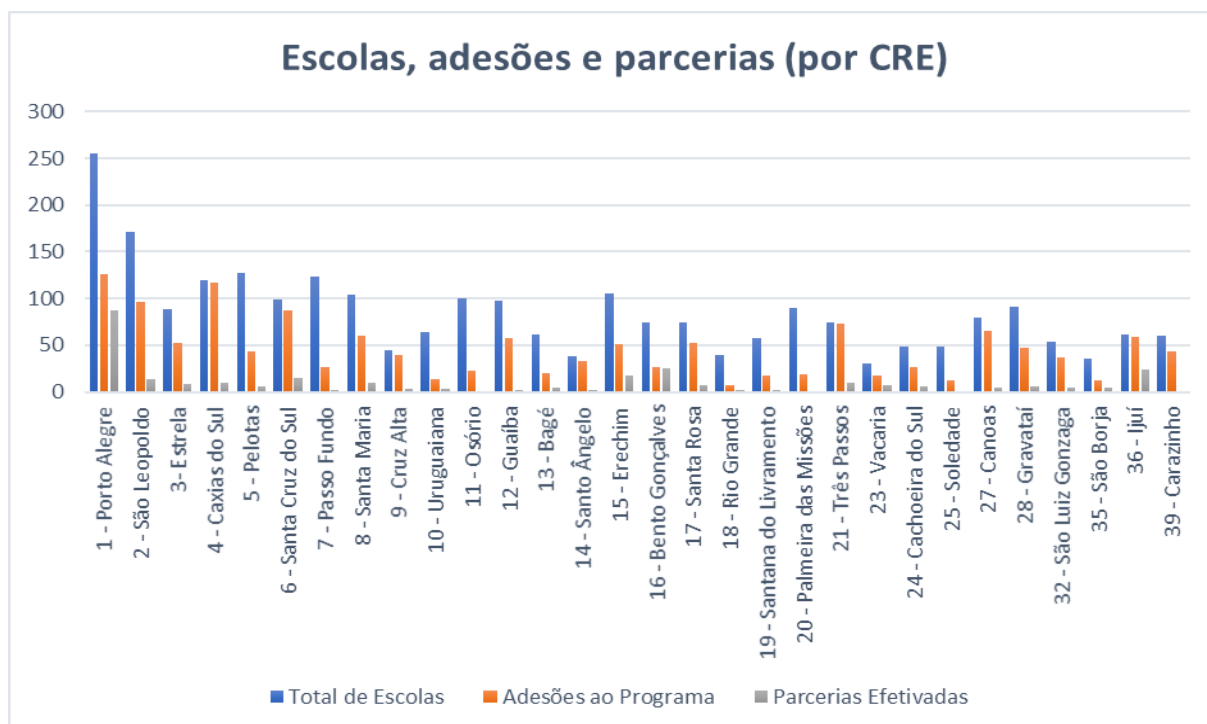
Figura 2 – Coordenadorias Regionais de Educação-RS



Fonte: SEDUC (*site*)

O total de escolas, de adesões e de parcerias em cada CRE pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Figura 3 – Escolas, Adesões e Parcerias (por CRE)



Fonte: elaborado pelo Google Formulários (*site*)

Através do gráfico, podemos identificar que na 1ª CRE, que abrange as escolas de Porto Alegre, temos um número alto de adesões e parcerias, mas que se comparado com o total de escolas correspondem, respectivamente, à metade e 1/3. Em outras regionais (4ª, 6ª, 21ª, 27ª, 36ª e 39ª CRE), temos proporcionalmente mais adesões ao Programa, mas com um número baixíssimo de parcerias. Na 16ª CRE, a relação entre total de escolas e adesões não é significativa, mas a regional possui melhor efetividade ao compararmos as adesões com as parcerias estabelecidas. Com exceção destes casos que pudemos destacar, nas demais regionais temos um número razoável de adesões e poucas parcerias.

De forma geral, o gráfico nos permite visualizar que o Programa não atingiu o objetivo anunciado no site, que “é fazer um grande mutirão de recuperação dos prédios escolares, envolvendo toda a sociedade na busca pela qualidade da educação gaúcha” (SEDUC). Isso acabou não se concretizando, seja por parte das escolas, seja por parte da sociedade civil.

A partir deste quadro geral, analisaremos um recorte, o município de Guaíba, a partir do relato das experiências dos gestores das escolas da rede estadual sobre a implementação do “Escolha Melhor: Sociedade Melhor”, nas suas escolas, comunidades e cidade.

4.3 A experiência dos gestores de Guaíba

As escolas da Rede Estadual situadas no município de Guaíba se caracterizam, dentro do Programa, por ter números que justificam sua escolha para o estudo: um bom número de adesões (das 20 unidades escolares, 18 se cadastraram junto à SEDUC), e o baixo índice de parcerias destas escolas (apenas uma).

Quando analisamos esta única parceria, precisamos compreender a realidade desta escola. A Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Livramento foi atingida por um incêndio no dia 22/12/2016 (G1, 2016) e por isso recebe móveis que haviam sido doados pelo TRT da 4ª Região ao Programa através da SEDUC. O desastre que atingiu a escola favorece a efetivação da parceria. O

outro fator é que não temos uma parceria Público-Privada nesse caso. O parceiro da escola pública, que faz a doação dos materiais, nesse caso, é outro órgão público.

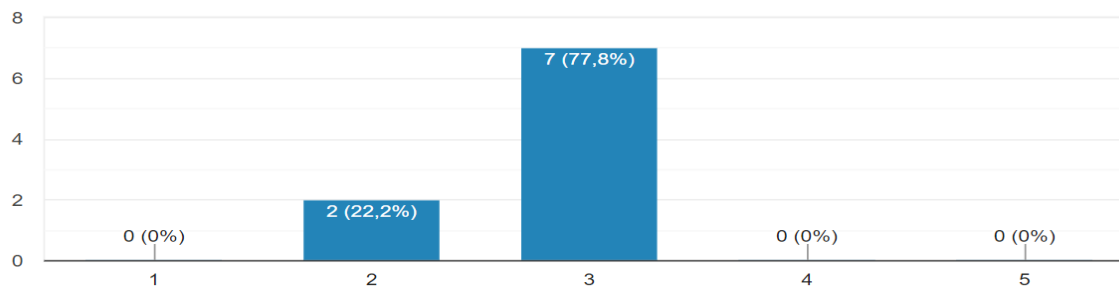
A busca pelo entendimento dos fatores que dificultaram o processo de adesão e de parcerias passa pela investigação das ações de um ator importante no Ciclo das Políticas Públicas: o Gestor Escolar. Como um dos responsáveis por encontrar pessoas físicas e jurídicas para conseguir as melhorias necessárias para a sua escola, precisamos compreender, a partir da sua visão, como essa PPP pode ser aprimorada para atingir seus objetivos.

Das vinte escolas estaduais localizadas no município de Guaíba, 12 participaram da pesquisa, o que corresponde a sessenta por cento e servem como referencial para esta pesquisa.

É através das entrevistas e questionários que aprofundaremos esses pontos essenciais do trabalho. A partir das respostas obtidas, alguns elementos ganham destaque através da fala dos gestores: a dificuldade em obter informações por parte da SEDUC e da CRE, assim como uma maior participação delas na busca de parcerias, a falta de tempo para poder se dedicar ao Programa, a existência de parcerias com empresas privadas, públicas e comunidade fora do Programa, e a percepção de que a proposta da política pública é boa e que pode contribuir para conseguir melhorias nas escolas.

Um dos pontos abordados pelos diretores foi a dificuldade em obter de informações sobre o Programa. Partindo do pressuposto que seja um item essencial para o trabalho dos Gestores na implementação da PP, considerando que ela foi elaborada pelo quadro político da SEDUC, é importante que todos os passos, da adesão à busca e efetivação de parcerias, sejam bem orientados pelos responsáveis de cada CRE.

Durante as entrevistas, os Diretores apresentaram queixas em relação à dificuldade de obter informações sobre todo o processo junto à SEDUC e CRE. Nos questionários, ao responderem à pergunta “Você conseguiu obter todas as informações que desejava sobre o Programa de forma clara e objetiva?”, considerando em uma escala de um a cinco, onde um representa “nenhuma informação” e cinco “todas as informações”, temos o seguinte resultado:

Figura 4 – Acesso às informações sobre o Programa

Fonte: elaborado pelo Google Formulários (*site*)

Sem que os gestores saibam de que forma cadastra a escola e principalmente os procedimentos para se estabelecer parcerias, o funcionamento do programa é comprometido. Torna-se imprescindível que a pessoa encarregada pela Política Pública em cada CRE seja conhecida pelos Diretores, esteja disponível para atendê-los e tenha todas as informações necessárias para ajudá-los.

Um outro problema descrito foi a falta de tempo da equipe diretiva para atender as demandas do Programa. Além das questões pedagógicas que envolvem pais, alunos e professores, a Direção escolar trata todos os dias das questões administrativas relacionadas à manutenção e conserto da estrutura física, material de escritório, processo de licitação, prestação de contas, recursos humanos. Muitas demandas, principalmente as que envolvem os alunos e pais não são previstas e não podem ser planejadas. O Programa exige mais atribuições dos Gestores, em atender os trâmites burocráticos do sistema, em pensar e buscar parcerias, contatar empresas, agendar e participar de reuniões.

Nas entrevistas, duas falas ressaltam a dificuldade de conseguir gerir todas as atividades pedagógicas e administrativas que fazem parte da rotina escolar somadas às necessidades do Programa. A falta de recursos humanos ou a indisponibilidade desses por conta de greves, assim como a grande quantidade de problemas que surgem no dia a dia foram descritos pelo Segundo Entrevistado: “as vezes quer abraçar tudo mas não dá, falta funcionário e tem que dar conta de tudo”, e “o dia a dia é apagar incêndio: uma briga, história do bullying, depressão... Quando vê passou um mês e esquecemos”.

Ao serem questionados sobre “a disponibilidade de tempo da equipe diretiva para buscar parcerias com outras instituições (considerando todas as etapas do processo: levantamento das instituições privadas, contato e agendamento, e deslocamento para reuniões)”, o resultado obtido foi esse:

Figura 5 – Disponibilidade de tempo dos Gestores para o Programa



Fonte: elaborado pelo Google Formulários (*site*)

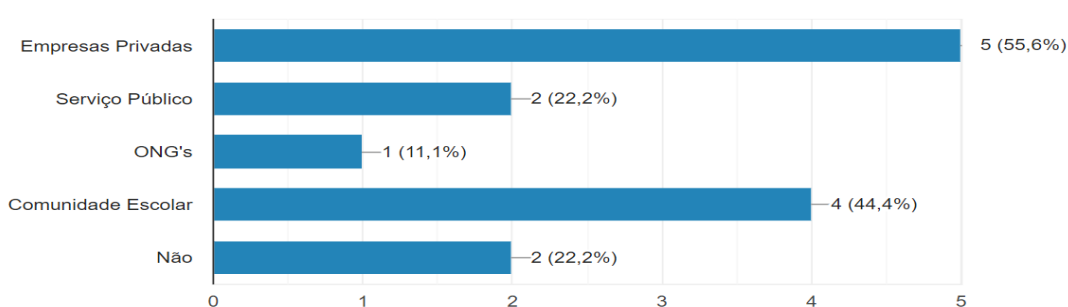
Com muitas tarefas diárias e escassez de recursos humanos, o resultado é pouco tempo disponibilizado para atender ao “Escola Melhor: Sociedade Melhor”. Um ponto destacado pelos Diretores foi um maior engajamento da CRE na busca por empresas. Sugestões de divulgação para as empresas, reuniões com empresários locais, lista de empresas participantes e a falta de incentivos do Governo para as empresas participantes foram citados. Eles salientam que um representante do Estado conseguiria ter acesso às empresas mais facilmente, já que muitas vezes o Diretor não é atendido ou recebido.

Por fim, temos a realização de parcerias da escola com pessoas jurídicas e físicas fora do Programa. A escola de Guaíba que foi incendiada e firmou parceria com o TRT para a doação de móveis, recebeu um volume maior de doações de materiais e serviços para a sua reconstrução e retomada das suas atividades fora do programa. Essa realidade não se restringe a ela: estabelecer parcerias com empresas, órgãos públicos, ONG’s e com a própria comunidade escolar é algo habitual para a grande maioria das escolas que participaram desta pesquisa.

Durante as entrevistas, diversos relatos sobre estas parcerias: uma empresa que possui um programa próprio e não entra no do governo, uma igreja que ajudou a

pintar a escola, uma comunidade que mandou material, pais que oferecem serviços de reparo. Essas falas identificam a existência de parcerias para manutenção e reparo da estrutura física e doação de materiais para as escolas sem ônus algum para o Estado. A partir destas informações, questionamos os Gestores sobre os tipos de parceria que escola estabelece fora do Programa, identificadas no gráfico abaixo:

Figura 6 – Parcerias das Escolas fora do “Escola Melhor: Sociedade Melhor”



Fonte: elaborado pelo Google Formulários (*site*)

Das nove escolas entrevistadas, sete conseguem melhorias para as suas comunidades escolares através de parcerias. Esses números indicam que o Programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor”, ao propor a PPP, não trouxe novidade alguma para a realidade escolar. A burocracia foi apontada pelos Gestores como um ponto que dificulta o processo dentro do Programa. Muitas pessoas físicas e jurídicas preferem fazer a doação sem preencher qualquer tipo de papelada, até porque isso é visto como um processo demorado e complicado.

A baixa participação de empresas também pode ser explicada pelo fato do Governo não ter ônus algum com as parcerias estabelecidas. A Lei define que as pessoas físicas e jurídicas que participarem não receberão valor algum do Estado, assim como nenhum tipo de incentivo fiscal. Os entes privados que aderirem ao Programa terão direito à um certificado de participação e poderão utilizar um espaço determinado da escola para publicidade da sua empresa ou negócio.

Devemos lembrar que na etapa de elaboração do Programa, os Diretores não foram chamados ou ouvidos para construir uma proposta de PP em conjunto. A

realidade das escolas, através de um amplo debate na sociedade para compreender o que já existe e como pode ser incentivado e aprimorado pode fazer uma grande diferença para termos o mutirão para a melhoria da educação do Rio Grande do Sul. Os Gestores entendem que o “Escola Melhor: Sociedade Melhor” pode sim, contribuir com as melhorias que suas escolas necessitam, mas ele deve sofrer ajustes que passam pela expansão da participação do Governo e da sociedade civil para ter êxito.

5 CONCLUSÃO

A Política Pública “Escola Melhor: Sociedade Melhor”, elaborada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, após três anos de implementação, apresenta resultados que não condizem com o objetivo de propor um grande mutirão da sociedade para melhoria das escolas estaduais. Com aproximadamente metade das escolas tendo feito a adesão e apenas 290 destas com parcerias estabelecidas, buscamos respostas com os atores responsáveis pela implementação do Programa.

Através da pesquisa realizada com os Gestores das escolas situadas no Município de Guaíba, percebemos as dificuldades em obter informações sobre a PP, em gerenciar o tempo de trabalho entre as atividades do Programa com as administrativas e pedagógicas, e na existência de parcerias com empresas e com a comunidade escolar fora do Programa.

A partir destas informações, podemos concluir que a participação das escolas no debate sobre a forma de melhor estabelecer PPP é essencial. São os Gestores Escolares que atuam dia após dia na busca por melhorias para as escolas que atendem suas comunidades. Ouvir este corpo burocrático, torna-se, a partir desta pesquisa, um importante fator para aprimorar a PP em questão.

Por se tratar de uma Política Pública recente e este trabalho ser uma pesquisa inicial, é importante que tenhamos um aprofundamento a partir de futuras pesquisas.

Acreditamos que o debate sobre a participação já existente das comunidades escolares nas melhorias necessárias para as escolas deve aprimorado. Realizar um levantamento das parcerias estabelecidas pelas escolas para averiguar o tipo de melhoria recebido por cada escola e poder mensurar o seu impacto para essas comunidades. Buscar na experiência das empresas participantes as motivações e dificuldades encontradas no processo. Analisar as parcerias estabelecidas principalmente na CRE de Porto Alegre e de Bento Gonçalves a fim de podermos perceber o elemento que possibilitou um maior número parcerias. Comparar as mudanças realizadas na Política Pública pelo atual governo, e os resultados obtidos em relação ao período anterior.

Por fim, devemos avaliar os impactos desta Política Pública no investimento do Estado na educação básica. Cabe ao Estado o papel de articulador e proponente das melhorias nas escolas que podem resultar também em melhores resultados na educação.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Maria Liane; UCZAK, Lucia Hugo; ROSSI, Alexandre José. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a naturalização da associação público-privada. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm>. Acesso em: 13 abr 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.637**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9637.htm>. Acesso em: 13 abr 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 13 abr 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, 50(4), 1999: 5-30.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública**. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES-UAB, 2009.

COMERLATO, Luciani Paz. A relação público-privada: a promessa "salvacionista" do Instituto Ayrton Senna (IAS) para educação brasileira. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 52.605**, de 15 de outubro de 2015. Regulamenta a Lei nº 14.734, de 16 de setembro de 2015, que institui, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor. Disponível em: <http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/escola_melhor_dec52605.pdf>. Acesso em: 13 abr 2019.

_____. **Justificativa do Poder Executivo PL 103/2015**. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/temp/PL_103_201517012018151254_jus.pdf?17/01/2018%2015:12:55>. Acesso em: 13 abr 2019.

_____. **Lei nº 14.734**, de 15 de setembro de 2015. Institui o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/escola_melhor_lei14734.pdf>. Acesso em: 13 abr 2019.

_____. **Portaria nº 316/2015**. Define normas e procedimentos para o integral cumprimento do Decreto nº 52.605, de 15 de outubro de 2015, que regulamenta o Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor. Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, p. 19-20, 11 dez 2015. Disponível em: <http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/escola_melhor_portaria316_2015.pdf > e <http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/escola_melhor_portaria316_2015_p2.pdf>. Acesso em: 13 abr 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 103/2015**. Institui o Programa Estadual “Escola Melhor: Sociedade Melhor”. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/temp/PL_103_2015_27012018004600_int.pdf?27/01/2018%2000:46:01>. Acesso em: 13 abr 2019.

G1. **Projeto que prevê patrocínio à escolas públicas enfrenta resistência no RS**, de 09 abr 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/proposta-de-patrocínio-escolas-publicas-do-rs-enfrenta-resistencia.html>>. Acesso em: 13 abr 2019.

G1. **'Muita tristeza', diz vice-diretora sobre escola incendiada em Guaíba**. 23 dez 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/12/comunidade-se-une-para-reconstruir-escola-atingida-por-incendio-no-rs.html>>. Acesso em: 13 abr 2019.

GARRIDO, Fábio José Alves. **A parceria público-privada na rede pública de ensino de Belo Horizonte**. [201?]. Disponível em: <http://www.fnpe.com.br/docs/apresentacao-trabalhos/eixo-08/FABIO_JOSE_ALVES_GARRIDO.pdf>. Acesso em: 13 abr 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.Ed. São Paulo: Atlas, 2008. pp. 109-135.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório anual 2017**. [2018?]. Disponível em: <<https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/instituto/relatorio-17.html>>. Acesso em: 13 abr 2019.

INSTITUTO UNIBANCO. **Projetos e iniciativas: Jovem de Futuro**. [20??]. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/jovem-de-futuro/#>>. Acesso em 13 abr 2019.

MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 13 abr 2019.

MINTZBERG, Henry. Administrando governos, governando administrações. **Revista do Serviço Público**, n. 4, out.-dez. 1998, p. 148-164.

PERONI, Vera Maria Vidal; COMERLATO, Luciani Paz. Parceria Público-Privada e a Gestão da Educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 113-133, jan./mar. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/downloadSuppFile/2175-795X.2017v35n1p113/8731>>. Acesso em: 13 abr 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da Educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil**. Tese de dissertação de Doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REDE GLOBO. **Amigos da escola**: guia de ação. [ca. 2000]. Disponível em: <<http://download.globo.com/amigosdaescola/manual.pdf>>. Acesso em 13 abr 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Escola Melhor: Sociedade Melhor**. [ca. 2016]. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/escola-melhor>>. Acesso em: 13 de abr de 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista:

Avaliação do Programa “Escola Melhor, Sociedade Melhor”

Aluno: Fernando Nagel Buratto

1. De que maneira a escola ficou sabendo do Programa “Escola Melhor, Sociedade Melhor”?
2. Como a escola foi orientada a participar deste programa?
3. Em relação à adesão ao programa, como o processo se sucedeu?
4. E a comunidade escolar, contribuiu de que forma para elencar os déficits da escola?
5. A escola buscou parcerias? De que forma?
6. A comunidade foi sensibilizada a participar desta busca por parcerias?
7. Alguma empresa ou pessoa física estabeleceu contato com a direção escolar oferecendo algum serviço ou material?
8. A partir da sua experiência como Gestor Escolar, destaque os pontos fortes e fracos do programa.
9. Como o programa pode ser aprimorado para que as escolas efetivem um maior número de parcerias?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Avaliação do programa "Estado Melhor, Sociedade Melhor", do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Pesquisa realizada por Fernando Nagel Buratto para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade Aberta do Brasil: Avaliar a Parceria Público-Privada a partir da experiência dos Gestores Escolares das unidades estaduais de ensino localizadas no _____ município _____ de _____ Guaíba.

As Informações aqui disponibilizadas são confidenciais e seu uso é estritamente para fins científicos.

Qualquer dúvida em relação à este instrumento de coleta de dados, favor contatar o pesquisador no número (xx) xxxxxxxxx

Endereço de e-mail *

De que maneira você ficou sabendo do Programa "Escola Melhor, Sociedade Melhor"?

- Secretaria de Educação
- Coordenadoria Regional de Educação
- CPERS
- Meios de Comunicação (jornal, rádio, TV)
- Outro:

Você conseguiu obter todas a informações que desejava sobre o Programa de forma clara e objetiva?

1 2 3 4 5

Nenhuma informação < < < < < Todas as informações

A escola realizou uma reunião com o Conselho Escolar para elaborar o Termo de Adesão?

- Sim
- Não

Indique o nível de dificuldade para atender os trâmites burocráticos do Programa e realizar o cadastro da escola:

	1	2	3	4	5	
Fácil	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Difícil

Qual foi a disponibilidade de tempo da equipe diretiva para buscar parcerias com outras instituições (considerando todas as etapas do processo: levantamento das instituições privadas, contato e agendamento, e deslocamento para reuniões):

- De 16 à 20 horas semanais
- De 12 à 16 horas semanais
- De 8 à 12 horas semanais
- De 4 à 8 horas semanais
- De 0 à 4 horas semanais
- Não possuía disponibilidade de tempo para essas atividades

Quais são, a partir da sua experiência, os principais entraves na busca e estabelecimento de parcerias:

- Disponibilidade de tempo
- Acesso às empresas
- Elaboração de propostas
- Participação em reuniões
- Delegação de tarefas
- Outro:

Como foi a participação da Comunidade Escolar na efetivação de parcerias dentro do programa:

	Nenhuma participação	Indicaram empresas	Disponibilizaram seus serviços	Doaram material
Professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A escola realiza ou já realizou parcerias, fora deste programa, para melhorias e manutenção, ou doação de materiais com alguma destas

entidades?

- Empresas Privadas
- Serviço Público
- ONG's
- Comunidade Escolar
- Não

A partir da sua experiência como Gestor Escolar, destaque os pontos fortes (positivos), e fracos (negativos), do Programa:

Na sua percepção, que mudanças podem ser realizadas para aprimorar o Programa "Escola Melhor, Sociedade Melhor"?

- Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

ANEXO A – TERMO DE ADESÃO

Nome do estabelecimento de ensino: Escola Estadual de Ensino XXX

Endereço: Rua XXX, nº XXX

Município: XXX

Telefone: (XX) XXX

E-mail: XXX

Equipe diretiva: XXX

Coordenadoria Regional de Educação: XXª CRE

Objetivos: firmar parcerias para a melhoria da infraestrutura do estabelecimento de ensino.

Integra este Termo de Adesão a ata do Conselho Escolar, em anexo, que decidiu pela adesão do estabelecimento de ensino ao Programa.

(Município da escola) , XX de março de 2018.

Assinatura da Diretora da Escola Estadual de Ensino XXX.

ANEXO B - TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento, de um lado a NOME DA PESSOA JURÍDICA/PESSOA FÍSICA, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº XXX, sediada/residente à _____, doravante denominada **DOADORA**, neste ato representada por XXX, residente e domiciliado(a) na Rua XXX, nº XXX, no município de XXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXX e no RG sob o nº XXX, e, de outro lado, a ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO XXX, situada na XXX, no município de XXX, pertencente à jurisdição da XXª Coordenadoria Regional de Educação, doravante denominada **DONATÁRIA**, neste ato representada por XXX, Diretora, inscrita no RG sob o nº XXX e no CPF sob o nº XXX, formalizam doação de recursos materiais, no âmbito do Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor, instituído pela Lei nº 14.734, de 15 de setembro de 2015:

1 – O presente Termo tem por objeto a doação dos bens móveis constantes do **ANEXO**, no âmbito do “Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor”, com fundamento no art. 2º, I, da Lei nº 14.734/2015, e art. 3º, I, do Decreto nº 52.605, de 15 de outubro de 2015.

2 – A **DOADORA** transfere à **DONATÁRIA**, em caráter definitivo e irrevogável, a posse e propriedade sobre os bens descritos no ANEXO.

3 – A **DONATÁRIA** declara que aceita a doação e obriga-se a utilizar os bens descritos no **ANEXO** do presente Termo para os fins a que se destinam, comprometendo-se a incorporá-los ao acervo patrimonial do estabelecimento de ensino.

4 – O valor dos bens constantes do Anexo do presente Termo é de R\$ XXX.

Assim, estando justas e pactuadas, assinam as partes este Termo de Doação, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito jurídico e legal, na presença das testemunhas adiante nomeadas e que assinam abaixo.

Município da Escola, xx, de xxx de 201xx.

XXXX,
DOADORA.

XXX,
Diretora da Escola Estadual de Ensino XXX.
Se for doador mudar todos os artigos

ANEXO C - TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº XXX/2016 QUE CELEBRAM A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA ESCOLA XXX, E XXXX, NO ÂMBITO DO PROGRAMA “ESCOLA MELHOR: SOCIEDADE MELHOR”.

A **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, com sede na Av. Borges de Medeiros, 1501, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 92.941.681/0001-00, por intermédio da **ESCOLA XXX**, situada na Rua XXX, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) XXX, doravante denominada **ESCOLA**, e XXX, com sede na Rua XXX, bairro XXX, no Município de XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representado pelo Presidente, XXX, doravante denominada **PARCEIRA**, deliberam firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, com fundamento na Lei Estadual nº 14.734, de 15 de setembro de 2015, bem como no Decreto nº 52.605, de 15 de outubro de 2015, que instituíram e regulamentaram o Programa Estadual “Escola Melhor: Sociedade Melhor”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Cooperação possibilitar a parceria de pessoas físicas e jurídicas com os estabelecimentos de ensino, visando à contribuição para a melhoria da qualidade de ensino da rede pública estadual por meio de (especificar o objeto), na forma do art. 2º, inciso (I, II, III ou IV), da Lei nº 14.734, de 16 de setembro de 2015, a ser implantado/realizado na ESCOLA.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES

1 – Constituem atribuições da ESCOLA:

a) receber, analisar e aprovar as propostas de adesão ao Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor;

b) firmar Termo de Doação com a PARCEIRA quando a ação consistir no recebimento de equipamentos e outros bens móveis;

c) informar mensalmente à Secretaria da Educação sobre o andamento do Programa, para fins de divulgação das ações e acompanhamento da sociedade;

d) designar servidor(a) para acompanhar a realização das obras ou serviços em conformidade com as diretrizes emanadas da Secretaria da Educação, apontando, quando necessário, as falhas e os procedimentos que devam ser revisados ou alterados;

e) comunicar à mantenedora a conclusão da ação, a fim de que seja expedido certificado de participação à PARCEIRA;

f) zelar pelo cumprimento do Termo de Cooperação, comunicando à mantenedora imediatamente o descumprimento de suas normas.

1.1 – Cabe à SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

- a) fiscalizar a execução do Termo de Cooperação;
- b) divulgar no endereço eletrônico da Secretaria relatórios mensal sobre o andamento do Programa;
- c) propiciar aos(as) técnicos(as) credenciados(as) pela PARCEIRA todos os meios e condições necessárias à execução do Termo;
- d) promover, quando necessário, os entendimentos junto aos demais órgãos públicos envolvidos;
- e) fornecer instruções à perfeita execução deste termo e dirimir quaisquer dúvidas eventuais quanto às suas condições.

2 – Constituem atribuições da PARCEIRA:

- a) executar os serviços descritos na proposta apresentada e aprovada pela Equipe Diretiva do estabelecimento de ensino sob sua total e inteira responsabilidade e às suas exclusivas expensas, sem qualquer ônus para o Estado do Rio Grande do Sul, ficando responsável por qualquer dano causado à Administração Pública e a terceiros no estabelecimento de ensino;
- b) durante a execução da obra ou serviço, a PARCEIRA deve manter a unidade escolar em perfeitas condições de conservação e limpeza;
- c) observar as normativas e diretrizes do Conselho Estadual de Educação e a legislação aplicável.

Subcláusula única. As atribuições da PARCEIRA não implicarão quaisquer ônus para a Secretaria ou para a ESCOLA.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência por um **(01) ano**, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA DA RESCISÃO

1 - O Termo de Cooperação poderá ser rescindido:

- a) por mútuo acordo entre os partícipes, reduzido a termo;
- b) pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e da legislação que o fundamenta.

2 - Em caso de rescisão, a PARCEIRA não poderá exigir a restituição ou indenização pelas despesas realizadas.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente instrumento, sempre que a solução não seja possível administrativamente.

CLÁUSULA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as melhorias decorrentes do presente Termo Cooperação passarão a integrar o patrimônio público estadual, sem qualquer direito a retenção ou indenização.

A adesão ao Programa não gera ao parceiro direitos à compensação de débitos eventualmente existentes para com o Estado.

E, por estarem de acordo, os Partícipes firmam o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas.

LOCAL,
XXXX,
PARCEIRA XXX

XXXX,
DIRETOR DA ESCOLA XXX.

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____

RG/CPF n°: _____

2. Nome: _____

RG/CPF n°: _____